

# UM PROBLEMA QUE SÓ AUMENTA

Adriana Chiarini  
Da equipe do *Correio*

O nome do tradicional bloco de carnaval brasiliense *Pacotão* está mais atual que nunca. Teve pacote fiscal em novembro de 1997, em outubro do ano passado, e agora vêm mais medidas por aí para não deixar os cofres públicos esvaziarem. O motivo é dívida, interna e externa.

O objetivo maior de todos esses esforços fiscais, inclusive o anunciado na quinta-feira pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, é fazer a dívida pública parar de crescer. A economia fiscal adicional para este ano pode ser de até mais de R\$ 8 bilhões, além dos R\$ 28 bilhões do pacote do ano passado, diz o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes.

A dívida total do setor público aumentou de 29,9% do Produto Interno Bruto (PIB) em dezembro de 1995 para 40,9% do PIB em outubro do ano passado. Com as novas medidas, o governo e o FMI procuram fazer a dívida parar de crescer em 2001 quando estiver em menos de 46,5% do PIB.

Este ano, com a desvalorização do real, a dívida já aumentou muito. Um quinto da dívida federal interna em títulos varia conforme o dólar e ficou bem mais cara. Em novembro, esta parcela correspondia a R\$ 67 bilhões. A parte da dívida externa que excede as reservas internacionais do País também encareceu. Em outubro, esta parte era de US\$ 51,4 bilhões e aumentou com a queda de reservas e o empréstimo do Fundo Monetário Internacional (FMI).

## JUROS

Ao anunciar o novo esforço fiscal, o ministro Malan chegou a justificar que era "para compensar o crescimento da dívida em dólar". Mas a parte em reais também aumenta rapidamente — porque é grande e por causa dos juros. E o governo acertou com o FMI que os juros, que estão em 39% ao ano, devem continuar altos por enquanto para combater a inflação.

Os juros foram a maior razão para a impressionante velocidade de crescimento da dívida pública nos últimos anos.

É a rapidez do crescimento da dívida que assusta. O tamanho até

que não. É bem menor que o da dívida italiana, que fica em torno de 150% do PIB. Outro fato tranquilizador é que a dívida interna do Brasil está quase toda em poder de brasileiros, que moram no País e precisam ter reais para viver normalmente.

O prazo médio para pagamento da dívida interna em títulos é bem melhor que em outras épocas. Ele chegou a nove meses e seis dias em dezembro de 1998. "Esse prazo já foi de 28 dias", comentou o ex-secretário do Tesouro Murilo Portugal, representante do Brasil no FMI.

Mesmo em relação ao ano passado, o cronograma de pagamentos da dívida interna melhorou. De fevereiro a junho deste ano, o governo federal terá R\$ 142,4 bilhões em títulos vencendo. É menos da metade dos R\$ 301,8 bilhões que venceram no mesmo período do ano passado.

Mesmo com essa diferença, agora a desconfiança é muito maior.

Até porque a economia vive de expectativas e mistura influências lógicas com psicológicas. Entre os componentes lógicos entram informações com a de que a dívida federal em títulos saltou de R\$ 61

bilhões, quando o presidente Fernando Henrique Cardoso tomou posse na Presidência da República, para R\$ 319 bilhões, em novembro passado, apesar de o governo ter privatizado a Vale do Rio Doce, a Telebrás e outras empresas.

Quanto mais a dívida cresce, mais os especialistas ficam desconfiados de que, se continuar assim, um dia o governo federal poderá chegar a uma situação de "absoluta falta de dinheiro". A expressão foi usada pelo governador de Minas Gerais, Itamar Franco, para justificar a suspensão da pagamentos do estado com a União. Itamar também usou a palavra "moratória".

Aí entra o componente psicológico. A palavra moratória tem um efeito péssimo em quem tem dinheiro para emprestar. E outro efeito econômico e ainda pior, em quem precisa tomar emprestado. Quem tem, teme não receber de volta e por isso, os empréstimos ficam mais difíceis. No caso de "moratória" o susto é maior entre os credores externos.

Já com a dívida interna, o trauma é o confisco do Plano Collor.

Esta lembrança voltou com força na sexta-feira, dia 29 de janeiro, em meio há boatos de feriado bancário que não se confirmaram.

"Até para afastar questões absurdas sobre a sustentabilidade da dívida e para manter estável a relação dívida/PIB, o esforço fiscal é necessário", disse o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente. Cortando gastos, o governo brasileiro espera conseguir apoio dos países ricos.

## PAGAMENTOS

A ideia é que, respaldado pelo FMI e por países desenvolvidos, o Brasil obtenha a confiança dos bancos estrangeiros para que renovem os empréstimos às empresas e bancos brasileiros. Seria a solução para desafogar o cronograma de pagamentos da dívida externa. Mas não funcionou quando o acordo de US\$ 41,5 bilhões com o FMI e 19 países foi anunciado em 1998, antes da desvalorização.

O deputado federal Delfim Netto (PPB-SP), que sempre discordou da equipe econômica, recomenda que o governo negocie a rolagem das dívidas externas de curto prazo, inclusive privadas.

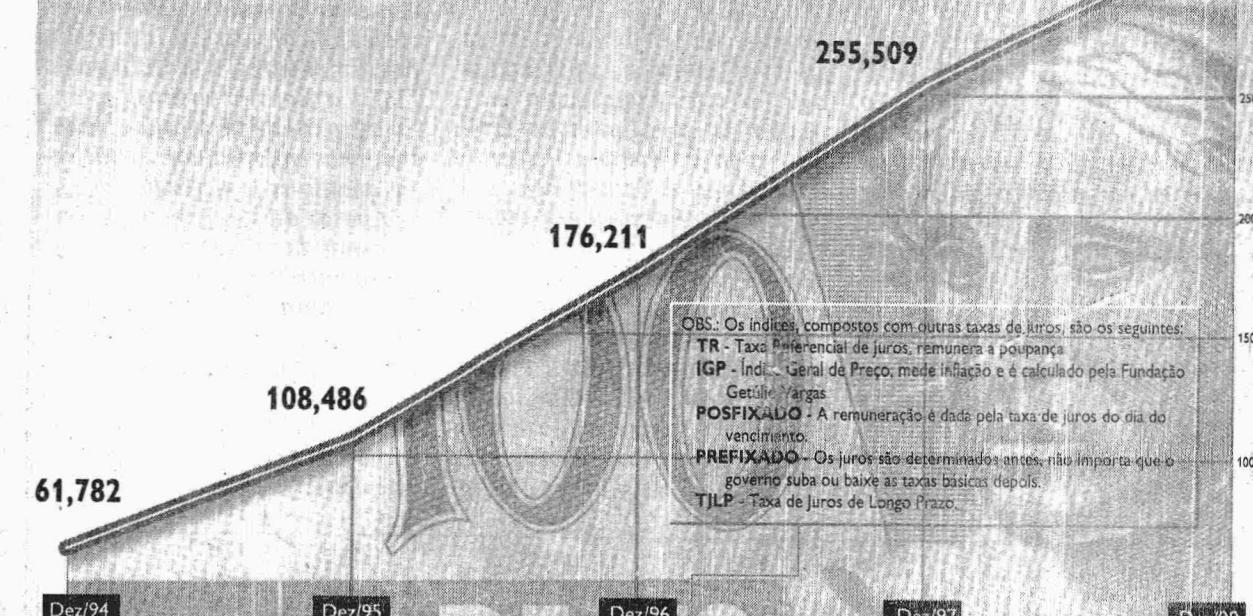
De acordo com Altamir Lopes, este ano vencem US\$ 34 bilhões em empréstimos tomados no exterior, e mais US\$ 18 bilhões sairão como pagamento de juros da dívida externa, do governo e privada. É mais que os US\$ 45,7 bilhões em amortizações e juros pagos no ano passado, quando havia mais dinheiro disponível no mundo para países como o Brasil. Já o ex-presidente do Banco Central Francisco Góes, atualmente no banco Morgan Stanley em Nova York, trabalha com o valor de US\$ 58 bilhões para as obrigações com dívida externa este ano.

Mesmo com as exportações crescendo mais que as importações, o saldo comercial estimado é de cerca de US\$ 2 bilhões e ficará longe de cobrir os US\$ 18 bilhões com juros. "Mas não deve haver problema para pagar", dizia o ex-ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso, antes mesmo do anúncio de esforço fiscal adicional. "Mesmo com crise, as linhas comerciais em geral são mantidas, os empréstimos do Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento também, e ainda há o dinheiro do acordo do FMI para entrar, além das reservas", observava Velloso. Altamir Lopes lembra ainda que os investimentos diretos em produção continuam chegando e já atingiram US\$ 1 bilhão este ano.

## A ESCALADA DA DÍVIDA

Mesmo após as privatizações da Telebrás e Vale do Rio Doce, a dívida federal cresceu R\$ 258 bilhões desde a posse de FH até dezembro de 98

Em R\$ bilhões



OBS.: Os índices, compostos com outras taxas de juros, são os seguintes:  
TR - Taxa Preferencial de juros, remunerativa a poupança  
IGP - Índice Geral de Preços, mede inflação e é calculado pela Fundação Getúlio Vargas  
POSFIXADO - A remuneração é dada pela taxa de juros do dia do vencimento.  
PREFIXADO - Os juros são determinados antes, não importa que o governo suba ou baixe as taxas básicas depois.  
TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

## ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

	CÂMBIO	TR	IGP	POSFIXADO	PREFIXADO	TJLP
Dezembro/1994	8,3	23,0	12,5	16,0	40,2	0
Dezembro/1995	5,3	9,0	5,3	37,8	42,7	0
Dezembro/1996	9,4	7,9	1,8	18,6	61,0	1,4
Dezembro/1997	15,4	8,0	0,3	34,8	40,9	0,6
Dezembro/1998	21,0	5,4	0,9	64,3	8,2	0,3

## CALENDÁRIO APERTADO - OS VENCIMENTOS EM 1999



Fonte: Banco Central